



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

Aprovado em 07 / 02 / 2018
Assinado por: [assinatura]
Em exercício da CCJ-SF

REQUERIMENTO Nº 3 – CCJ | 2018

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização de audiência pública para debater a segurança do sistema eletrônico de votação, bem como a implementação do voto impresso nas eleições gerais de 2018, conforme exigência prevista na Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015.

Para tanto, sugiro sejam convidados:

- Ministro **Luiz Fux** – Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- Sr. **Diego de Freitas Aranha** – professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Sr. **Humberto Jacques de Medeiros** – Vice-Procurador-Geral Eleitoral (MPE);
- Sr.^a **Maria Aparecida Cortiz** – advogada especialista em processos eletrônicos eleitorais;
- Sr. **Amílcar Brunazo Filho** – engenheiro especializado em segurança de dados.

JUSTIFICAÇÃO

A urna eletrônica brasileira começou a ser utilizada na década de 1990. Em seus 20 anos de existência, o Tribunal Superior Eleitoral tem trabalhado num processo de evolução desse mecanismo, visando a segurança e garantia do sigilo do voto.

Apesar desses esforços, é recorrente a percepção da população sobre a efetiva inviolabilidade desse sistema de votação, que, inclusive, não foi bem recepcionada por algumas das democracias mais antigas do mundo. De fato, nesse período, não foram poucos os episódios em que foram



SF/18152.60678-32

Página: 1/2 05/02/2018 11:17:12

47d0585f0aa02285e7d00762c09d7af4f1f52ce0

Recebido em 06 / 02 / 2018

Hora: 10 : 53

Caroline A. Ribeiro - Matr. 212092
CCJ-SF

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Tancredo Neves – Gabinete 50
CEP 70165-900 – Brasília DF

[assinatura]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

suscitadas dúvidas sobre a credibilidade do nosso sistema eleitoral, o que é ruim para a nossa democracia.


Soma-se a isso o relatório do Teste Público de Segurança do sistema eletrônico de votação realizado em novembro de 2017, no qual o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou ter identificado falhas que permitiram o acesso, por parte dos investigadores que fizeram o teste, a três pontos importantes da urna eletrônica que será usada nas próximas eleições.

Por fim, lembramos que o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.165, de 2015, a chamada “Minirreforma Eleitoral”, que traz entre seus dispositivos a obrigatoriedade da impressão do voto nas eleições de 2018, como mais uma garantia da lisura do pleito que se avizinha.

No entanto, o TSE tem se pronunciado pela impossibilidade do cumprimento integral da lei, sobretudo pela alegada falta de recursos diante do “alto” custo da medida. Ocorre que a determinação legal foi imposta em 2015, e isso levanta a necessidade de entender o porquê da atitude do órgão eleitoral em deixar essas tratativas em segundo plano no seu planejamento orçamentário anual.

Portanto, a fim de dirimir essas e outras questões, se faz necessário um debate nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que o Senado Federal possa colaborar com o bom e regular andamento do processo eleitoral de 2018.

Sala da Comissão,


Senador Lasier Martins
(PSD-RS)



SF/18152.60678-32

Página: 2/2 05/02/2018 11:17:12

47d0585f0aa02285e7d00762c09d7af4f1f52ce0

